



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

PORTARIA GP/TRT16 nº 284/2022.

São Luís/MA, maio de 2022.

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

R E S O L V E

Determinar a publicação, no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, do “Anexo I - Demonstrativo de Despesa Com Pessoal”, parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal, como determina o art. 55, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar Federal 101/2000, correlativo ao período de maio de 2021 a abril de 2022.

Dê-se ciência.

Disponibilize-se no sítio eletrônico do Tribunal.

Desembargador FRANCISCO JOSÉ DE “CARVALHO NETO”
Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO/2021 A ABRIL/2022

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)	
	LIQUIDADAS														
	MAI/2021	JUN/2021	JUL/2021	AGO/2021	SET/2021	OUT/2021	NOV/2021	DEZ/2021	JAN/2022	FEV/2022	MAR/2022	ABR/2022			TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	18.577.992,95	15.841.177,40	16.336.627,17	15.991.417,47	15.759.325,58	15.992.807,89	25.095.545,77	19.855.031,99	16.975.139,42	17.210.517,64	16.474.450,27	16.294.451,39	210.404.484,94	154.243,56	210.558.728,50
Pessoal Ativo	15.569.874,58	13.694.721,27	14.246.172,07	13.882.914,73	13.657.279,39	13.795.385,08	21.528.536,26	17.572.063,37	14.785.423,21	15.010.980,71	14.363.386,98	14.171.188,92	182.277.926,57	154.243,56	182.432.170,13
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	13.178.034,82	11.338.856,58	11.879.738,25	11.515.856,55	11.297.812,86	11.429.811,51	16.826.538,68	15.152.654,24	12.398.936,34	12.649.698,26	11.989.143,22	11.797.596,61	151.454.677,92	137.243,56	151.591.921,48
Obrigações Patronais	2.391.839,76	2.355.864,69	2.366.433,82	2.367.058,18	2.359.466,53	2.365.573,57	4.701.997,58	2.419.409,13	2.386.486,87	2.361.282,45	2.374.243,76	2.373.592,31	30.823.248,65	17.000,00	30.840.248,65
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.008.118,37	2.146.456,13	2.090.455,10	2.108.502,74	2.102.046,19	2.197.422,81	3.567.009,51	2.282.968,62	2.189.716,21	2.199.536,93	2.111.063,29	2.123.262,47	28.126.558,37	0,00	28.126.558,37
Aposentadorias, Reserva e Reformas	2.589.020,16	1.827.673,29	1.793.306,22	1.804.303,20	1.793.563,95	1.832.925,19	2.869.343,71	1.813.871,55	1.861.488,87	1.853.040,66	1.772.379,57	1.784.578,75	23.595.495,10		23.595.495,10
Pensões	419.098,21	318.782,84	297.148,88	304.199,54	308.482,26	364.497,62	697.665,80	469.097,07	328.227,34	346.496,27	338.683,72	338.683,72	4.531.063,27		4.531.063,27
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)													0,00		0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente													0,00		0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	3.008.946,37	2.145.231,01	2.081.838,48	2.102.966,66	2.106.931,07	2.188.806,19	3.558.392,89	1.549.381,46	2.181.099,59	2.684.795,70	2.283.508,54	2.146.402,06	28.038.300,02	100.219,01	28.138.519,03
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	828,00	12.394,70		3.080,54	13.501,50			195.029,46		495.190,29	181.719,32	33.285,66	935.029,47	100.219,01	1.035.248,48
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.008.118,37	2.132.836,31	2.081.838,48	2.099.886,12	2.093.429,57	2.188.806,19	3.558.392,89	1.354.352,00	2.181.099,59	2.189.605,41	2.101.789,22	2.113.116,40	27.103.270,55		27.103.270,55
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	15.569.046,58	13.695.946,39	14.254.788,69	13.888.450,81	13.652.394,51	13.804.001,70	21.537.152,88	18.305.650,53	14.794.039,83	14.525.721,94	14.190.941,73	14.148.049,33	182.366.184,92	54.024,85	182.420.209,77

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.137.751.621.214,16	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (A) + (B)	182.420.209,47	0,016033%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	487.890.650,21	0,04282%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	463.496.117,70	0,040738%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	439.101.585,19	0,038594%

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial, Unidade Responsável TRT16, Data da emissão 24 maio 2022 e hora de emissão 15h 16min

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA:

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas

inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas

estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Nota2: As despesas com auxílio natalidade e auxílio funeral, que totalizaram R\$ 117.519,00, não foram computadas no Relatório, conforme orientação constante no

Ofício-Circular Conjunto Nº 16/SEAFISOF/MP-SUCON-STIN-MF, e no Acórdão Nº 894/2012 - TCU - Plenário;

Nota3: As despesas relativas a precatórios e requisições de pequeno valor (RPV), cujo montante chegou a R\$ 4.743.110,73, também não foram registradas no Relatório, em cumprimento ao Acórdão Nº 2097/2011 - TCU - Plenário.

FRANCISCO JOSÉ DE CARVALHO NETO
 Desembargador Presidente

FERNANDA CRISTINA MUNIZ MARQUES
 Diretora Geral

FLÁVIA REGINA RÊGO CORDEIRO
 Secretária de Orçamento e Finanças

FERNANDO AUGUSTO PESTANA JUNIOR
 Coordenador de Controle Interno Substituto

LAENA TICIANE SANTOS CARDOSO BARROS
 Setor de Contabilidade Analítica